

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| ► ABREVIATURAS | 9 |
| ► CONSTITUIÇÃO FEDERAL | 11 |
| ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988 | 13 |
| CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 | 16 |
| ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS | 94 |
| EMENDAS CONSTITUCIONAIS | 118 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 | 178 |
| ► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO | 219 |
| DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 | 221 |
| ► CÓDIGO CIVIL | 225 |
| ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 | 227 |
| CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 | 237 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL | 362 |
| ► CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL | 395 |
| ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 | 397 |
| CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 | 404 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL | 504 |
| ► CÓDIGO PENAL | 539 |
| LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941 | 541 |
| ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848/1940 | 543 |
| CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 | 546 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL | 596 |
| ► CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | 617 |
| LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941 | 619 |
| ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689/1941 | 620 |
| CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 | 623 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | 691 |
| ► CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | 717 |
| ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 | 719 |
| CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 | 720 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | 735 |

| | |
|--|------------|
| ► CÓDIGO ELEITORAL | 739 |
| ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL – LEI N° 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 | 741 |
| CÓDIGO ELEITORAL – LEI N° 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 | 743 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL | 782 |
| ► CÓDIGO FLORESTAL | 787 |
| ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL – LEI N° 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 | 789 |
| CÓDIGO FLORESTAL – LEI N° 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 | 790 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL | 808 |
| ► ESTATUTOS | 813 |
| ESTATUTO DO ÍNDIO - LEI N° 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 | 815 |
| ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI N° 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994..... | 819 |
| • Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB | 833 |
| • Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. | 840 |
| ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI N° 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 | 856 |
| ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 | 866 |
| ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI N° 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010..... | 902 |
| ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015..... | 909 |
| ► LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL | 923 |
| ► LEIS COMPLEMENTARES | 925 |
| 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências..... | 925 |
| 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências..... | 930 |
| 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 – Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. | 945 |
| ► LEIS | 949 |
| 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados..... | 949 |
| 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento..... | 950 |
| 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 – Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito | 957 |
| 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 – Regula a ação popular | 958 |
| 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências | 961 |
| 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. | 966 |
| 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências | 968 |
| 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências | 970 |

| | |
|--|------|
| 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal | 972 |
| 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências | 975 |
| 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais | 985 |
| 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências | 1010 |
| 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências | 1031 |
| 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências | 1055 |
| 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências | 1064 |
| 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal | 1088 |
| 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências | 1098 |
| 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências | 1105 |
| 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 – Estabelece normas para as eleições | 1105 |
| 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data | 1130 |
| 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências | 1132 |
| 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998 – Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal | 1139 |
| 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 – Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências | 1140 |
| 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal | 1142 |
| 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal | 1148 |
| 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal | 1152 |
| 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências | 1153 |
| 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências | 1161 |
| 11.631, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007 – Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB | 1162 |
| 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências | 1163 |
| 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências | 1166 |
| 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 – Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República | 1172 |
| 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 – Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação intervintiva perante o Supremo Tribunal Federal | 1174 |
| 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências | 1175 |
| 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014 – Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências | 1178 |

| | |
|---|-------------|
| 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social | 1180 |
| 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências | 1182 |
| 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016 – Institui, nos termos do <i>caput</i> do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas | 1183 |
| 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 – Institui a Lei de Migração. | 1184 |
| 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) | 1195 |
| 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 – Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. | 1208 |
| 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos | 1216 |
| 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023 – Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos. | 1255 |
| 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 – Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. | 1256 |
| 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 – Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do <i>caput</i> do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. | 1259 |
| ▷ DECRETOS | 1269 |
| 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 – Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. | 1269 |
| 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001 – Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000. | 1279 |
| 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 | 1286 |
| 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 – Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013 | 1298 |
| 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022 – Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013 | 1303 |
| ▷ DECRETO-LEI | 1307 |
| 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 – Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências | 1307 |
| ▷ PROVIMENTO | 1310 |
| 205, DE 15 DE JULHO DE 2021 – CFOAB – Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia | 1310 |
| ▷ REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES | 1315 |
| REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF | 1317 |
| REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ..... | 1348 |
| ▷ SÚMULAS | 1393 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DE ENUNCIADOS DO STF..... | 1395 |
| SÚMULAS VINCULANTES | 1398 |
| SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF | 1400 |
| SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ | 1419 |
| SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE..... | 1436 |